

ESCOLAS PROTESTANTES NO FINAL DO SÉCULO XIX: ENTRE O *NOVO* E O *VELHO*

CESAR ROMERO AMARAL VIEIRA*
REGINALDO LEANDRO PLÁCIDO**
THAIS GONSALES SOARES***

Introdução

Os anos da história do Brasil que assinalaram a transição da Monarquia para a República são marcados por ambivalências na tentativa de republicanização do país. De um lado a influência da nascente elite intelectual, oriunda das oligarquias agrárias e educada na Europa, de outro lado a massa popular dos embrionários centros urbanos, vista como “incapaz de qualquer ação política acertada” (ROMERO, 1893: 56), e que seria colocada a margem do fazer histórico (COSTA, 1999: 15), como espectadores “bestializados” de um espetáculo distante, conforme a visão de Aristides Lobo. Esta ambivalência, que marcou a transição social e política da nação, refletiu também no contexto educacional a partir das discussões sobre os modelos pedagógicos propícios para a nascente República dos Estados Unidos do Brasil, como não poderia deixar de ser, pois sendo a escolarização um dos elementos do sistema cultural, esta é percebida e “julgada em combinação com os demais elementos da cultura brasileira, e com as condições da existência social definidas na exposição dos setores político, econômico e social” (NAGLE, 2009: 115).

É neste contexto, percebe Nagle, que correntes pedagógicas que se preocupavam com o desenvolvimento do país e com a questão da democracia começavam a se impor, tentando transformar a estrutura “de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta” (2009: 115).

* Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP; Doutor em Educação e Professor em História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP; Artigo desenvolvido com financiamento do CNPq

** Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP; Doutorando em Educação

*** Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP; Graduada em História

O texto em apreço procura analisar o contexto da educação na transição da Monarquia para a Primeira República, de modo a perceber os principais aspectos sócio-políticos e culturais que propiciaram as condições necessárias para a implantação e desenvolvimento das instituições educativas de tradição protestante norte americanas na província de São Paulo neste período de transição.

Adverte-se para o recorte temporal, tendo em vista que os ideais republicanos já estavam presentes muito antes da própria constituição da República. Assim o recorte temporal é aqui referenciado para situar a discussão sobre a educação nesse panorama um tanto quanto fluído. É nestes limítrofes que a discussão educacional brasileira transita nos discursos republicanos sendo, às vezes, utilizada como correia de transmissão do ideário dessa nova\velha República. Assim, este recorte, embora arbitrário torna-se importante porque caracteriza alguns momentos relacionados aos trâmites de desenvolvimento da educação por ocasião da implantação do sistema republicano.

Parte-se do princípio de que há forte indício de que as ambiguidades surgidas entre a organização do estado republicano e o desejo de elevar o país aos patamares mais altos da modernidade tenham contribuído para o predomínio do modelo pragmático norte americano em vários setores da sociedade brasileira, em especial, na educação, que podem ser percebidos neste contexto de transição.

Entre o *novo* e o *velho*: ambivalências

Após a independência do Brasil, em 1822, era evidente a necessidade de uma reorganização política no país. A literatura ilustrada, difundida gradativamente desde o final do século XVIII, principalmente entre a elite brasileira, vinha sendo debatida em diversos espaços, como as cortes, imprensa, tavernas e lojas maçônicas, com grande enfoque no “contrato social” (SCHIAVINATTO, 2000: 46). De acordo com as considerações de Iara Lis Schiavinatto, a “cultura política do primeiro liberalismo constitucional colocava em cena e movimentava uma cartela de novos sujeitos sociais e suas redes de sociabilidade” (2007: 223), por meio da circulação de novas ideias, práticas e modelos relacionais.

Proclamações, jornais, panfletos, manifestos, manuscritos e impressos nesse período revelavam a difusão desse liberalismo que apresentava a clara oposição entre o

antigo que deveria ser superado e o novo - discurso este que mais tarde seria reatualizado nos discursos de liberais e republicanos ávidos por transformar a face da nação e conduzi-la aos patamares mais elevados da modernidade. Desse modo, as referências recebidas do ideário liberal seriam uma forte base para o novo sistema político (Monarquia Constitucional) e, principalmente, para legitimar a independência da nova nação.

Embora a primeira metade do século XIX tenha sido desapontadora, em termos de crescimento econômico, devido às constantes guerras por independências instaladas na América Latina e pelos grandes conflitos ideológicos que trouxeram muita instabilidade política interna aos países, pode-se dizer que Brasil, Chile, Argentina e México destacaram-se da maioria das outras nações latino-americanas, na medida em que o razoável controle da política interna permitia que a máquina do Estado se dedicasse a garantir a base política da prosperidade material. Ainda que essa garantia fosse posse exclusiva de uma pequena elite estamental que se apoiava e vivia do mercado exterior.

A promulgação da Lei *Aberdeen*, que estabeleceu o fim do tráfico de escravos em 1850, e o plano de desenvolvimento da indústria cafeeira fizeram com que houvesse internamente uma disponibilidade de capitais. Isto contribuiu para acelerar transformações, tais como: a constituição de sociedades anônimas; inauguração da primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro; fundação do Banco Hipotecário; aparecimento e aperfeiçoamento dos métodos de transportes com as estradas de ferro; aumento do número de escolas e índice de alfabetização, além do conseqüente processo de urbanização e industrialização com o crescimento dos grandes centros. Tema estudado por Vieira em publicações recentes (Cf. VIEIRA, 2008: 23).

Se analisada sob o ângulo dos fatores conjunturais, o Tratado do Comércio e Navegação firmado entre Portugal e Inglaterra, em 1810, trouxe ao Brasil vários benefícios imediatos que estimularam em grande medida as atividades socioeconômicas e políticas do país. Prosperidade essa anteriormente rechaçada pelo Governo de Portugal como forma de controle e dominação. A partir do momento em que as barreiras foram suspensas, ressalta Faoro (2001), o país entrou num crescente processo de europeização, escandalizando muitos, mas iniciando ao mesmo tempo um período de progresso rápido

e conscientemente provocado, sob moldes ingleses. No plano político, este acontecimento foi o precursor imediato da independência do Brasil.

Se por um lado o rápido progresso representava o distanciamento do velho padrão colonialista que impedia e limitava o crescimento econômico do Brasil, imposto pelo absolutismo português e suas restrições ao livre-comércio como medida de controle, por outro lado, significava uma substituição dos vínculos de dependência a uma outra nação estrangeira, gerando um sentimento ambíguo de interesse e rejeição. Cabia ao Estado a responsabilidade de controlar esse sentimento nacional adequando-o às novas exigências de progresso impostas pelo mercado internacional.

É nesse contexto, convulsionado por reformas em todos os setores, que emergem os principais elementos do conflito que insuflados pelos fortes ventos liberais atingiriam os trópicos e abririam caminho para a penetração de novos ideais e modelo de governo para o Brasil. Esses ventos tempestuosos criaram as condições propícias para a convergência de diversos fatores que há tempos fermentavam nos porões da realidade caótica do Império, alimentando assim a anunciada crise do segundo reinado. No plano político, dentre outros, pode-se destacar: o fim do exaustivo confronto com o Paraguai (1864-1870), o manifesto Republicano de 1870 e o surgimento do Partido Republicano Paulista (PRP) em 1873; a progressiva extinção da escravidão posta a termo em 1888; a retomada dos esforços para atrair imigrantes como consequência direta dos efeitos previstos pela aprovação da Lei do Ventre Livre em março de 1871; a insatisfação militar que recrudesceu na questão militar a partir de 1883 e o conflito aberto entre o trono e o altar, decorrente da questão religiosa (1872-1875). No plano das ideias dá-se a reformulação do pensamento brasileiro influenciado pela presença de novas correntes filosóficas e doutrinas religiosas tais como o evolucionismo, o materialismo, o positivismo, o protestantismo, e pelas principais medidas liberalizantes propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e a liberdade de imprensa (VIEIRA, 2008: 23).

Nas duas décadas que antecederam a República, o ambiente social brasileiro - reflexo das mudanças históricas que estavam se processando em outras partes do globo - , estava de tal modo carregado pelo pensamento cientificista que marcou um processo de renovação das mentalidades, que Roque Spencer Maciel de Barros (1969) chamaria

de época da *Ilustração Brasileira* – 1870 – 1914. Imbuídos dessa atmosfera, os espíritos mais representativos da sociedade se propuseram efetivamente a ilustrar o país pela

crença no poder das ideias, a confiança nos rumos abertos pela ciência e, ao mesmo tempo, a consciência de que a perspectiva histórica era a real dimensão com que se haveria de conceber os destinos da pátria. Urgia elevar o Brasil do estágio em que se encontrava, às condições novas que presidiam o florescimento das civilizações mais avançadas. Elevar o Brasil ao nível do século, a um novo estágio de civilização, eis o propósito de então. Preparar homens capazes de propor os fins do nosso destino histórico, assim como torná-los capazes de assegurar os meios pertinentes, era uma exigência a ser resolvida pela educação, na época tida como a mais decisiva entre as forças inovadoras da sociedade (MARQUES JUNIOR, 1967:134-135).

A educação passou a ser vista como um dos principais instrumentos privilegiados para elevar o país ao seu verdadeiro posto, mas faltava determinar qual o tipo de educação mais apropriada para cumprir as exigências do futuro. Foi a partir da década de 1870 que o protestantismo missionário norte-americano instala-se, definitivamente no Brasil, com suas escolas com ênfase no pragmatismo, na maior participação do aluno, na educação física. “O *dândi* afrancesado ao estilo *belle-époque* começa a sentir a competição do *sportsman* cultor do físico, dinâmico, empreendedor” (CARVALHO, 1998: 109).

Cronologicamente falando, o Partido Republicano no Brasil surgiu a partir do primeiro Clube Republicano do Rio de Janeiro em 1870 e não há dúvidas “de que a formação desse Clube e a publicação do Manifesto de 3 de dezembro são diretamente responsáveis pelo movimento republicano organizado, nas províncias” (BOEHRER, 1954 :193). Entretanto, foi na Convenção de Itu, realizada a 18 de outubro de 1873, que as teses da defesa da liberdade religiosa e da absoluta separação e independência entre os poderes temporal e espiritual foram definidas como bases para a Constituição do Estado de São Paulo, e que, em abril de 1874, foram submetidas a exame e aprovação da 2ª reunião do Congresso (BRASILIANSE: 1878). Nesse sentido, os republicanos paulistas direcionaram seu foco de atuação, não somente contra o regime político, mas também contra a Igreja Católica, já que este dois poderes eram vistos pelos republicanos como faces distintas da mesma moeda.

Embora esse ecletismo político, após os primeiros anos de vida, tenha sido avaliado pelos políticos da Corte como um movimento de pouca expressão, que não vingaria as maiores exigências das alianças e do tradicional apego ao poder por parte de

seus atores, o movimento republicano, segundo Faoro (2001), espalhou-se pelas cidades e fazendas de São Paulo, encontrando um caudaloso leito para engrossar e crescer. Os ideais e o sistema de valores norte-americanos passaram a fazer parte integrante dos discursos dos líderes republicanos que cada vez mais se distanciavam do polo dominante inglês, atacando o regime monárquico com violentas campanhas, sobretudo pela imprensa, pelas lojas maçônicas e pelas conferências públicas (VIEIRA, 2008). “A propaganda republicana se fez em parte em torno do argumento de que a república fazia parte da identidade americana. República e América eram o novo, o progresso, o futuro” (CARVALHO, 1998:110).

Tavares Bastos e Quintino Bocaiúva são alguns dos representantes mais destacados e combativos desse modelo que se constituiu em um polo de atração àqueles que se opunham à monarquia e desejavam ardentemente o federalismo republicano, do qual a explicitação maior seria sintetizada mais tarde na expressão, “somos da América e queremos ser americanos”, contida na parte final do Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870. Muito embora Tavares Bastos não fosse propriamente um ardente defensor do modelo republicano como forma de governo, intitulava-se uma pessoa que ao procurar colocar o Brasil nos trilhos do progresso aceitava-se contraditório. Assim se definia na XII *Cartas do solitário* – conservador e liberal, monarquista e democrata, católico e protestante (Cf. BASTOS, 1938).

Este fascínio era materializado na atração que a revolução americana e o modelo de organização do poder exercia sobre os liberais e republicanos brasileiros, principalmente quanto aos aspectos da concepção de *liberdade* e de *individualismo*. Ponto cardeal para a consolidação e organização da sociedade política norte-americana. Propagandeava em suas cartas provocativas Tavares Bastos:

Como é que uma simples colônia, a Nova Inglaterra, pôde de repente transformar-se na poderosa, rica, vasta, iluminada, livre inteligente, generosa, audaz república dos Estados Unidos? Porque, desde os seus começos, desde a primeira povoação, fecundou-se o espírito liberal da reforma protestante, a moralidade, o amor ao trabalho, a inteligência, a perseverança, a consciência da dignidade humana e o zelo da independência pessoal, que são o verbo do evangelho que constituem as grandes características das raças do norte do globo. (1938: 143)

Coube ali aos *founding fathers*, segundo Carvalho (1990: 19), promover a *constitutio libertatis*, a organização da liberdade, mais do que fazer a declaração da liberdade, enquanto que, na Revolução francesa, predominou a declaração da liberdade

em prejuízo de sua ordenação. Nos Estados Unidos, a liberdade constituiu-se como condição primeira à formação de uma Constituição e não como consequência desta, como aconteceu em muitas nações europeias segundo as análises de Aléxis de Tocqueville.

Na maior parte das nações modernas, e em particular em todos os povos do continente europeu, o gosto e a ideia de liberdade não nasceram e se desenvolveram se não no momento em que as condições começaram a se igualar, e como consequência da igualdade mesma. Os reis absolutos são os que mais têm trabalhado para igualar as classes entre seus súditos. Nestes povos a igualdade precedeu à liberdade (...). (1996: 465)

O ideal de um individualismo associativo é o outro lado da moeda que contribuiu para a formação da sociedade americana. Tocqueville foi quem primeiro inventariou os traços característicos do individualismo e sua influência nas sociedades modernas como tema central de sua sociologia. Para ele é na democracia norte-americana que se encontra um crescente processo de igualitarização social e de individualização das relações humanas. Tocqueville preocupa-se em identificar quando estes processos se manifestam de maneira benigna ou patológica, concluindo que o questionamento das diferenciações sociais e o fim dos privilégios, levado a cabo pelo igualitarismo, estabelece um processo de nivelamento de condições em que todos os indivíduos da mesma sociedade, a partir de seus esforços particulares, podem alcançar os benefícios de que necessitam. Segundo ele, os indivíduos na condição de iguais, isolam-se uns dos outros como seres capazes e autônomos e cada vez mais individualizados. Diferentemente do tipo de individualismo herdado no Brasil, que por sua natureza comunitária e cordial, – formada no meio rural e patriarcal – foi incapaz de cultivar um espírito empreendedor e associativo ficando na constante dependência do Estado. Vários pensadores nacionais atribuíam a incapacidade brasileira para organizar a sociedade política à ausência de um individualismo do tipo anglo-americano. Dentre os autores que seguiam esta linha de pensamento explicativa, pode-se citar Alberto Sales e Sílvio Romero.

Liberdade e individualismo são assim os dois postulados fundamentais do liberalismo que, nos Estados Unidos, ganhou a sua expressão máxima, e, no Brasil, encantou grande parte da intelectualidade brasileira. Esta questão é tratada de forma mais detida na tese de doutorado de Vieira, aqui utilizada como pano de fundo (VIEIRA, 2006).

A solução federalista norte americana, com seu sistema de divisão de poderes, atraía tanto os propagandistas republicanos quanto os proprietários rurais, principalmente paulistas, que viam na descentralização do poder a possibilidade única para a manutenção de seus interesses particulares e garantia da unidade do País, ou seja, a manutenção da liberdade só se daria pela autonomia local e não por um poder central controlador. O federalismo era visto como o motor principal para a produção da liberdade, em oposição ao centralismo dominante da sociedade monárquica. Essa temática está muito bem explicitada no prefácio que Tavares Bastos faz em sua obra *A província*.

Ora, a grande questão que no Brasil se agita, resume-se na eterna luta da liberdade contra a força, do indivíduo contra o Estado. Reduzir o poder ao seu legítimo papel, emancipar as nações da tutela dos governos, a obra duradoura do século presente, é o que se chama descentralizar. (1937: 13)

A questão educacional

Observa-se que apesar do sentimento de inovação já percebidas no Império e das relativas mudanças na estrutura político-jurídica do país estabelecidas pela Carta Constitucional de 1824, os âmbitos econômico e social não foram amplamente afetados por tais modificações. Na esfera educacional o ensino popular nesse período não foi visto como obrigação inteiramente estatal pela Carta Constitucional de 1824. O Artigo 179 estabelece no parágrafo XXXII “a Instrução primaria, e gratuita a todos os cidadãos”, e dava garantia, no parágrafo XXXIII, da existência de “Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.”, todavia a Carta não instituía nenhuma legislação para regulamentar essas medidas, ficando com as instituições particulares a maior parte das iniciativas nesse sentido (HILSDORF, 2003: 44).

Apenas no ano de 1837 foi criado no Rio de Janeiro o Colégio Pedro II. Considerado o modelo oficial e com a maioria dos alunos pertencentes à elite econômica e política do país, os estudantes do Colégio Pedro II recebiam o diploma de Bacharel em Letras e estavam aptos a ingressar nos cursos superiores. De acordo com Hilsdorf, após a criação do Colégio Pedro II, os liceus e ginásios secundários criados pelas províncias e pela iniciativa privada deixaram de dar acesso direto às Academias,

obrigando os alunos dessas instituições a fazerem exames de ingresso aos cursos superiores. Como consequência dessa determinação, várias províncias abandonaram a manutenção de liceus e ginásios, sendo o nível de ensino secundário oferecido apenas por instituições particulares na forma de cursos avulsos das disciplinas preparatórias para os exames de ingresso (2003: 47).

Somente a partir dos anos 1870, “quando se consolidaram as ideias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino” (TANURI, 1973: 8) é que se é possível notar um aumento dos debates e polêmicas sobre a educação, vista como necessária para a criação de um país livre e moderno a partir da instrução de todos. A década de 1870 é geralmente vista pela historiografia educacional brasileira como um divisor de águas, representando o início de uma fase de grandes transformações que atingiram vários setores da vida do país e em especial o ensino público. Neste período, a província de São Paulo foi responsável por um crescimento populacional e material bastante expressivo, dado o processo de urbanização ocorrido a partir dessa década, e pelo deslocamento do centro de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro para São Paulo, grandemente impulsionado pelo desenvolvimento do setor da industrialização do café no Oeste paulista e pelas consequentes inovações no setor de comercialização do produto.

Neste período, de acordo o senador do Império, Joaquim Floriano de Godoy, em seu trabalho escrito para integrar o pavilhão que representou o Brasil na Exposição Industrial de Filadélfia, EUA, em 1875, a educação pública paulista estava dividida em superior e preparatória, ambas ministradas pela Faculdade de Direito e aulas anexas por conta do Estado; e primária, a cargo dos poderes provinciais. Segundo seu relato existia “disseminadas pela província 508 escolas *officiaes* de instrução primária, frequentadas por 11,072 meninos; com as quaes despende a província 380:000\$000 annualmente” (GODOY, 1875: 86). Número muito aquém dos praticados pelos países europeus mais adiantados e pelos Estados Unidos que aquela época liderava o mundo em matéria de instrução pública. Com esses números, Godoy expunha o atraso da instrução pública na província e exaltava a iniciativas das escolas particulares que “desde que a assembleia legislativa provincial proclamou a *liberdade de ensino*” haviam se instalado na província de São Paulo.

O período de 1860 a 1890 foi cristalizado por Azevedo em sua obra *A cultura brasileira* como o apogeu do ensino secundário particular no Brasil. Ao falar deste período sobre esses “institutos modelares”, o *renovador* da educação nova se posiciona da seguinte maneira:

Nunca, na história da educação nacional, o ensino particular teve tanto relevo e granjeou tamanha autoridade como nesses e outros institutos que foram os pontos de apoio iniciais em que assentou, para tomar impulso, o ensino secundário no país, e que contribuíram para aperfeiçoá-lo, na sua constituição orgânica, desenvolvê-lo, à míngua de iniciativas oficiais, e enquadrá-lo no sistema geral de educação. (2010: 634)

Hilsdorf (2003: 52) ressalta que a expectativa de inovações pedagógicas, tal como as que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos vinham de diferentes fontes, como relatos dos delegados aos Congressos Pedagógicos Internacionais, legislação estrangeira (principalmente da Prússia e da França), relatórios de Hippeau sobre educação nos EUA e na Inglaterra que eram publicados no Diário Oficial do Império (1871 e 1874), sugestões de viajantes e ainda da prática pedagógica dos colégios americanos de confissão protestante que se dividiram estrategicamente entre os núcleos republicanos de maiores influências. Na capital instalaram-se os presbiterianos do norte, com a Escola Americana (1870) e o Colégio Morton; no interior, os presbiterianos do sul construíram em Campinas a Escola Internacional (1873); e os metodistas, em Piracicaba, o Colégio Piracicabano (1881).

Em oposição a essas instituições estariam as escolas pública monárquica, de iniciativa privada comercial e a confessional católica, que na visão daqueles que faziam a apologia do *novo* a todo custo, eram consideradas corrompidas e atrasadas e ofereciam um ensino ultrapassado e incompleto. Um desses porta-vozes mais destacados na historiografia educacional brasileira foi Fernando de Azevedo que na 3ª parte de sua obra *A cultura brasileira*, faz um balanço histórico da transição entre os regimes monárquico e republicano, destacando que:

Nenhum fermento novo se introduziu na massa do ensino, a não ser o que se preparava nos colégios leigos ou se formava, nos fins do Império, com o aparecimento das primeiras escolas protestantes, como a Escola Americana, fundada em 1870, [...] ou o Colégio Piracicabano (1881), para meninas, em São Paulo, e o Colégio Americano (1885), em Porto Alegre, ambos de iniciativa dos metodistas. (AZEVEDO, 2010: 637)

Estes colégios de iniciativa protestantes viriam a exercer forte influência na elite republicana, principalmente em Rangel Pestana e Prudente de Moraes Barros. Este ao ser alçado como mandatário principal do governo republicano paulista apresentou ao lado de Pestana a chamada *Grande Reforma*, que em síntese geral, reformulava a Escola Normal e convertia em escola-modelo as escolas anexas (VIEIRA, 2006).

A presença protestante no Brasil

Embora se atribua a primazia do espaço aberto aos ingleses e à tolerância do culto protestante em terras brasileiras, "sob o ponto de vista institucional, isto é, com a formação de comunidades permanentes, são os imigrantes alemães os pioneiros na implantação do protestantismo no Brasil" (MENDONÇA, 1990: 27). Muito embora seja importante ressaltar que estes seguiram praticamente os mesmos passos dos anglicanos, fecharam-se em igrejas exclusivas, voltadas para o atendimento restrito aos seus próprios imigrantes. Nesse período, surgiram também protestantes da Suíça, da Irlanda e de outros povos que a Reforma tinha alcançado. Registra-se que em nenhum desses grupos étnicos encontramos aspiração de cunho missionário.

O Tratado do Comércio e Navegação firmado entre Portugal e Inglaterra no dia 19 de fevereiro de 1810, continha, no artigo XII, as linhas mestras da liberdade religiosa que seria mais tarde inserida na primeira Constituição do Império do Brasil e posteriormente superada na Constituição republicana, que proclamou a completa liberdade religiosa. Nele, encontravam-se garantidas as bases legais para a liberdade de culto aos ingleses e a tolerância religiosa a outros acatólicos residentes no Brasil. À prática da liberdade de culto prevista nesse documento, a Carta Magna de 1824, acrescentou algumas restrições previstas na aplicação do seu quinto Artigo, dentre elas, encontra-se a não utilização deste benefício a fim de fazerem prosélitos entre os brasileiros, a não perturbação da ordem pública, a não difamação da religião estabelecida no Império e a proibição de se propagarem, em reuniões públicas, doutrinas que diretamente destruíssem as verdades fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma (Cf. Leis 276, 277 e 278 prescritas no *Código Criminal do Império do Brasil*, aplicáveis ao artigo quinto da Constituição de 1824).

Tanto o artigo XII do Tratado do Comércio e Navegação, quanto, posteriormente, o artigo quinto da Constituição do Império estavam carregados muito mais de interesses comerciais do que propriamente de benevolência e respeito à iniciativa religiosa, como não poderia deixar de estar, dada a força que a nação inglesa representava naquele momento histórico. A Igreja Católica, mesmo mantendo o *status* de Igreja oficial e contrária à presença protestante, não podia fazer nada mais além do que atacá-la, utilizando-se dos meios disponíveis ao seu alcance.

Os protestantes presbiterianos foram os primeiros a organizarem uma escola para atender a seus próprios filhos, que necessitavam de uma instituição agregadora para manter sua tradição e cultura. Assim foi fundado em Campinas, em 1869, pelo reverendo Nash Morton, o Colégio Internacional. As suas salas de aulas foram intensamente frequentadas pelos filhos das famílias mais influentes da região de Campinas, que buscavam uma educação condizente com suas expectativas sócio-políticas e culturais. O Colégio Internacional seria exaltado, nas palavras de Erasmo Braga, como:

(...) o marco histórico do contato intelectual e espiritual do elemento saxônico com o latino em nosso continente, no terreno da instrução. (...) Na história da pedagogia no Brasil, marca também o instituto campineiro a era em que as ideias fecundas de Mann e a disciplina e os métodos escolares norte-americanos começaram definitivamente a influir no ensino público e particular na América Latina. (1916, apud FERREIRA, 1959: 81)

Dentre seus professores, o Colégio Internacional contou com a presença de Francisco Rangel Pestana, convidado por Morton para reger as cadeiras de retórica e língua nacional em 1873. O Colégio Internacional encerrou suas atividades em 1892, após um surto de febre amarela que fez várias vítimas naquela cidade, transferindo-se para Lavras, Minas Gerais (ALBINO, 1996; BARBANTI, 1977).

Em 1870, na capital paulista, por iniciativa de Mary Chamberlain, foram dados os primeiros passos para a constituição da Escola Americana que mais tarde se tornaria o *Mackenzie College*, também protestante, de tradição presbiteriana. Seu conceito seguia as mesmas trilhas do Colégio Internacional, em função de seus métodos pedagógicos empregados e os resultados obtidos. Por volta de 1878, a Escola Americana já havia se transformado no centro das atenções e de comentários tanto por seus métodos inovadores como pela presença de mestres de grande preparo intelectual. José Feliciano de Oliveira (1932: 9) foi professor na Escola Americana em 1885, e em

suas reminiscências destacou que o ensino que lá se praticava era completo e metódico desde o Jardim da infância até o curso superior.

Por iniciativa de missionários metodistas, o Colégio Piracicabano abriu as suas portas no dia 13 de setembro de 1881. Desde o início de sua atividade em Piracicaba, o Colégio Piracicabano manteve sempre um estreito relacionamento com as elites republicanas da Província. Segundo Mesquita, a vinculação estabelecida entre sua fundadora, Martha Watts, e a família Moraes Barros e, em especial, com Prudente de Moraes, garantiu as bases necessárias para o estabelecimento e a sustentação do Colégio Piracicabano. Diz a autora:

Se assim podemos dizer, a escola nasceu na sala de visitas de Manoel de Moraes Barros que acolheu a missionária Marta Watts (...) como hóspede, oferecendo-lhe toda a ajuda de que necessitava para estabelecer-se na cidade. Durante anos, a amizade entre o Colégio e a família Moraes Barros permaneceu inabalável (...). (1992: 186)

Martha Watts deu especial atenção à qualificação do seu corpo docente, mantido, geralmente, por professores formados nos Estados Unidos ou na Europa. Muitos deles não limitavam sua influência sobre os alunos somente às salas de aula. Segundo Mesquita (1994), eles eram constantemente convidados a ensinar nas fazendas aos filhos dos fazendeiros tanto as primeiras letras como tecnologias agrícolas e até mesmo religião. Assim, com um ensino voltado para a formação de uma visão de mundo condizente com os ideais modernos de civilização e uma proposta pedagógica que estimulava o desenvolvimento e a formação intelectual, garantia o sucesso do Colégio Piracicabano entre as elites de Piracicaba e região.

Não é nossa intenção aqui nos alongarmos com citações e referências sobre essas primeiras iniciativas protestantes no campo educacional. Existem diversos estudos sobre a história da formação desses colégios e o relacionamento que estabeleceram com as elites republicanas, dessa forma torna desnecessário aqui um aprofundamento maior desse quadro. Entretanto, vale ressaltar que só se pode compreender o relacionamento entre os protestantes e os republicanos no campo educacional se levarmos em conta tanto a conjuntura de transformação do final do século XIX, como a imagem simbólica que o protestantismo representava na mentalidade da nação.

Fontes de Referência

ALBINO, M. Ide por todo mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892. Campinas: Área de Publicações CMU:UNICAMP, 1996.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. São Paulo: Edusp, 2010.

BARBANTI, Maria L. Hilsdorf. **Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo**: um estudo de suas origens. 1977. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 1977.

BASTOS, Aureliano C. Tavares. **A província**: estudo sobre a descentralização do Brasil. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1937. v. 105. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5.)

_____. **Cartas do solitário**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1938. v. 115. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5.)

BOEHRER, George C. A. **Da monarquia à República** – História do Partido Republicano – 1870-1889. Tradução de Berenice Xavier. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, [1954].

BRASILIENSE, A. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. São Paulo: Seckler, 1878.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a república**: momentos decisivos. 6. Ed. São Paulo: UNESP, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: a formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Júlio A. **História da Igreja Presbiteriana no Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1959.

GODOY, Joaquim Floriano de. **A província de S. Paulo**: Trabalho estatístico, histórico e noticioso. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio de Janeiro, 1875.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

MARQUES JUNIOR, Rivadávia. **Política educacional republicana** – o ciclo da desoficialização do ensino. Tese (doutorado em história e filosofia da educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, 1967.

MENDONÇA, A. Gouvêa.; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1990.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**: um estudo de caso. Tradução de Celso Rodrigues Filho. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

MESQUITA, Z. de C. C. Educação Metodista: uma questão não resolvida. 1992, 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1992.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

OLIVEIRA, José Feliciano de. **O ensino em São Paulo: Reminiscências**. São Paulo: Typ. Siqueira, 1932.

ROMERO, Silvio. **Parlamentarismo e presidencialismo na república brasileira: cartas ao conselheiro Ruy Barbosa**. Rio de Janeiro, 1893. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01616200> Acesso em: 20 mar 2011.

SCHIAVINATTO, Iara Lis C. **A independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. *Cultura política do primeiro liberalismo constitucional. A adesão das câmaras no processo de autonomização do Brasil*. In: **Araucaria: Revista Ibero-americana de filosofia, política e humanidades**, Nº 18, 2007, p. 220-235.

TANURI, Leonor M. **A Escola Normal no Estado de São Paulo no período da Primeira República**: Contribuição para o Estudo de sua estrutura didática. 1973. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Marília. 1973.

TOCQUEVILLE, Alexis. **La democracia em América**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1996.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Americanismo x iberismo: a influência do modelo educacional norte americano no final do século XIX. In: **Horizontes**, v. 26, n. 1 jan./jun., 2008. p. 21-30.

_____. **Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na reforma Caetano de Campos - 1890**. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.